



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 138/XIII/ 4.ª SL

Aos 03 dias do mês de outubro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações

2. Apreciação e votação das atas n.ºs 134, 135 e 136 respetivamente de 19, 21 e 26 de setembro de 2018

3. Discussão do PJR n.º 1759/XIII (3.ª) PCP, que «Propõe medidas de reforço dos cuidados paliativos»

4. Discussão do PJR n.º 1760/XIII (3.ª) PCP, que «Recomenda ao Governo o reforço na resposta do Serviço Nacional de Saúde ao nível dos cuidados continuados»

5. Distribuição, para efeitos de elaboração de Parecer, dos Projetos de Lei n.ºs 997/XIII (4.ª) CDS-PP - «Reforço da autonomia das entidades hospitalares integradas no Serviço Nacional de Saúde para contratação de recursos humanos» e do PJI 998/XIII (4.ª) CDS-PP - «Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde»

6. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo BE, para audição urgente das estruturas sindicais representativas dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (STSS, SFP, SINTAP, SINDITE) e da Secretária de Estado da Saúde, Rosa Valente de Matos, sobre o «reconhecimento das suas carreiras profissionais e o pagamento condigno do trabalho que fazem»

7. Outros assuntos

10:30 Audiência da Associação Portuguesa de Fertilidade, sobre «as limitações de resposta do Serviço Nacional de Saúde»

11:15 Audiência da Associação de Profissionais Licenciados de Optometria (APLO), para «denunciar formalmente as consequências da não integração dos Optometristas nos cuidados primários para a saúde da visão»



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 138/XIII/ 4.ª SL

informais e também planos de formação para todos os profissionais de saúde, bem como condições para a presença de cuidados paliativos nas consultas de decisão terapêutica e consulta presencial precoce em oncologia.

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o PJR n.º 1803/XIII (3.ª) e agradeceu a todos os partidos a importância que dão a este tema. Focou o facto de em Portugal se estimar que cerca de 70.000 pessoas precisam de cuidados paliativos, sendo um fator crítico para a melhoria e humanização destes cuidados a formação dos profissionais e das equipas interdisciplinares envolvidas. O CDS-PP recomenda assim ao Governo que implemente a formação pré-graduada obrigatória de Medicina Paliativa, nas Faculdades de Medicina e de Enfermagem Paliativa, nas Escolas de Enfermagem, diligenciando junto da Ordem dos Médicos e da Ordem dos Enfermeiros nesse sentido, para que tal aconteça de forma faseada e de acordo com os recursos disponíveis.

A Deputada Fátima Ramos disse que a apresentação destes PJR demonstra que o trabalho feito por este Governo não responde ao que é necessário, sendo que os dados obtidos nas audições realizadas em Comissão na passada semana ainda aumentam as preocupações. O número de camas evoluiu muito pouco, e ainda menos em cuidados paliativos, o que é uma situação muito grave porque estas pessoas estão em fim de vida. A inoperância do Governo é grande e no Governo anterior conseguiu-se mais, embora as circunstâncias fossem adversas.

O Deputado António Sales facultou dados relativos ao que foi realizado pelo atual Governo, nesta área, enunciando o mais relevante. Disse que o PS se congratula com todas as iniciativas que visam melhorar os cuidados paliativos, sendo que esse é o objetivo do plano estratégico para o desenvolvimento dos cuidados paliativos 2017-2018. Apoia as recomendações feitas, pois há escassez de profissionais com formação nesta área e são precisas mais equipas.

O Deputado Moisés Ferreira considera que os cuidados paliativos são absolutamente necessários para melhorar a qualidade de vida dos doentes, entendendo que a resposta que está a ser dada fica muito aquém do que seria necessário, pois os tempos de espera chegam a ser de 1 mês. Acompanha por isso as preocupações e as propostas, com enfoque especial na domiciliação dos cuidados.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 138/XIII/ 4.ª SL

como a sua formação. A resposta deverá ser essencialmente pública, que é a que tem qualidade, sabendo-se que a maior parte da resposta está nas mãos de entidades com fins lucrativos.

A Deputada Isabel Galriça Neto deu conta de que conhece a realidade e sabe que a resposta existente é insuficiente, quer nos cuidados continuados, quer nos paliativos. Importa encontrar consensos nas respostas, sem preconceitos ideológicos. Ao Estado cabe regulamentar e a resposta pública deve ser beneficiada, mas não a única.

A informação relativa à discussão deste PJR será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

5. Distribuição, para efeitos de elaboração de Parecer, dos Projetos de Lei n.ºs 997/XIII (4.ª) CDS-PP - «Reforço da autonomia das entidades hospitalares integradas no Serviço Nacional de Saúde para contratação de recursos humanos» e do PJI 998/XIII (4.ª) CDS-PP - «Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde»

Os PJI n.ºs 997 e 998, do CDS-PP, foram distribuídos ao PSD, para efeitos de elaboração de parecer conjunto.

6. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo BE, para audição urgente das estruturas sindicais representativas dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (STSS, SFP, SINTAP, SINDITE) e da Secretária de Estado da Saúde, Rosa Valente de Matos, sobre «o reconhecimento das suas carreiras profissionais e o pagamento condigno do trabalho que fazem»

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE, enfatizando que as aspirações dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, no que toca à sua carreira, são muito justas e dizendo que considera as propostas que têm vindo a ser avançadas pelo Governo como claramente insuficientes, porque colocam a quase totalidade destes profissionais na base da carreira.

O Deputado Luís Vales anunciou viabilizar este requerimento, que é justo e muito pertinente, tendo em conta as últimas notícias que vieram a público. A Secretária de Estado da Saúde disse que a esta questão estava praticamente resolvida, mas não é



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 138/XIII/ 4.ª SL

normas da lei da PMA, o que teve consequências dramáticas. Abordou os problemas suscitados com o fim do anonimato das dádivas.

Joana Freire abordou a outra questão alvo de inconstitucionalidade, que se prende com a gestão de substituição, falando dos processos que estão a aguardar uma solução, pelo que é urgente que se legisle sobre esta matéria.

Os Deputados Ângela Guerra, Isabel Moreira, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz comentaram este assunto e fizeram algumas perguntas, em especial no que toca às consequências da declaração de inconstitucionalidade, tendo os Deputados Ângela Guerra, Isabel Moreira e Moisés Ferreira dado conta de que os respetivos GP's estão a analisar a situação e irão apresentar iniciativas legislativas no sentido de que a situação possa ser ultrapassada, sempre respeitando o Acórdão do TC.

Cláudia Bancaleiro respondeu às perguntas formuladas, agradecendo a oportunidade de debater este tema com a Comissão e as iniciativas legislativas que estão a ser preparadas.

O Presidente pediu à APF que enviasse à Comissão a documentação que considerasse pertinente, dizendo existir toda a disponibilidade para receber a Associação sempre que necessário.

11:15 Audiência da Associação de Profissionais Licenciados de Optometria (APLO), para «denunciar formalmente as consequências da não integração dos Optometristas nos cuidados primários para a saúde da visão»

O Presidente deu a palavra ao Presidente da Direção da Associação dos Profissionais Licenciados em Optometria (APLO), Raúl Alberto de Sousa, que se fez acompanhar por Vera Carneiro e Andreia Garcia.

O Presidente da APLO referiu os motivos que estiveram na base do pedido de audiência e fez uma intervenção inicial, dando conta dos problemas que se colocam no exercício da atividade profissional dos optometristas, focando os principais, que são a necessidade de formação e de contratação destes profissionais para o SNS, integrando-os no sistema de saúde. Pretendem também poder participar na definição da estratégia para a visão, enquanto profissionais do setor, lamentando não estarem representados na Comissão nomeada pelo Governo para estudar este assunto.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 138/XIII/ 4.º SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Catarina Marcelino
Cristóvão Simão Ribeiro
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Ana Oliveira
Ana Rita Bessa
António Topa
Francisco Rocha
Isabel Alves Moreira
Jamila Madeira
Maria Manuela Tender